

Veto nº 38, de 2002

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Encaminha ao Congresso Nacional, as razões do Veto Parcial aposto ao PLV 00031 2002(MPV 00066 2002, na origem), dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: 14/05/2003

Tramitação encerrada

Decisão: Mantida

Último local: -

Destino: -

Último estado: 06/05/2009 - VETO DELIBERADO PELO PLENÁRIO

Matérias Relacionadas:

Veto nº 00038 de 2002

TRAMITAÇÃO

25/06/2009 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: VIDE MPV 66 DE 2002
ARQUIVADO

17/06/2009 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Arquivo, via PLEG.

08/06/2009 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Ofício CN nº 199, de 29/05/09, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando a Mensagem CN nº 13/09, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República participando ter sido mantido o Veto Parcial aposto ao Projeto (fls. 609 a 611).

À SSCLCN, com destino ao Arquivo.

19/05/2009 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 16:31 hs.

TRAMITAÇÃO

06/05/2009 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: VETO DELIBERADO PELO PLENÁRIO

Ação: 20:08 horas - Na sessão conjunta realizada nesta data, no Plenário da Câmara dos Deputados, é procedida à votação do veto, por meio de Cédula Única.
Designação dos Deputados Luiz Carreira, Virgílio Guimarães e Wellington Roberto para acompanhar a apuração dos votos junto à Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - Prodasen.
Concluída a apuração, o Veto é mantido. (Anexadas ao processado cópias da Ata de Apuração e das folhas contendo o resultado da votação)
Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República e à Câmara dos Deputados.
À SEXP.

Publicado no DCN Páginas 1210-1307 PUB ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS

Publicado no DCN Páginas 417-418

27/04/2009 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Sessão Conjunta foi transferida para o dia 06/05/2009, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

27/04/2009 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Incluído em Ordem do Dia da Sessão Conjunta do dia 28.4.2009, às 19:00 horas.

10/11/2008 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

20/08/2007 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

Encaminhado à SCLCN (volumes principal, II e III).

17/08/2007 SF-ADVOSF - Advocacia do Senado Federal

Ação: DEVOLUÇÃO C/ CÓPIA DAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS STF ATRAVÉS OF. 021/07-PRESID/ADVOSF. ADIN 3932.

03/08/2007 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

Juntamos às fls 561/595, Ofício nº 4108, de 2 de agosto de 2007, do Supremo Tribunal Federal, ADIN nº 3932, Requerente a Confederação Nacional do Comércio, a fim de instruir informações, sobre o alegado na petição.
Segue Volumes principal, II e III.

À Advocacia do Senado Federal.

03/08/2007 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, a pedido.

TRAMITAÇÃO

20/05/2004 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 09:00 - Realiza-se nesta oportunidade sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a apreciar a presente matéria que, tendo sua discussão encerrada, é retirada da cédula única de votação nos termos do Requerimento nº 6, de 2004-CN, subscrito pelo Senador Fernando Bezerra.

À SSCLCN.

Publicado no DSF Páginas 16395-16536

Publicado no DCN Páginas 802

19/05/2004 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da Sessão Conjunta do dia 20.5.2004, às 9:00 (nove) horas.
(Veto ao PLV 31, de 2002).

30/07/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Aguardando inclusão na Ordem do Dia.

30/07/2003 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Nesta data foi encaminhado à SEEP o veto parcial aposto ao PLV nº 31/2002 (MPV nº 66/2002), para confecção dos respectivos avulsos sem o relatório da Comissão Mista.

À SSCLCN.

03/06/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: À Subsecretaria de Ata para confecção do avulso completo do veto.

03/06/2003 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Esgotado o prazo regimental, sem instalação da Comissão Mista para elaboração do Relatório, matéria encaminhada à SSCLCN para as devidas providências.

22/05/2003 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Publicado no DSF de 23.5.2003, o Termo de Reunião, realizada no dia 21.5.2003.

TRAMITAÇÃO

À SACM.

22/05/2003 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Em 21/05/03, a Comissão não se instalou por falta de quorum conforme Lista de Presença e Termo de Reunião. Presentes os Senhores Parlamentares Leomar Quintanilha e Paulo Afonso. Encaminhada à SSATA para publicação do Termo de Reunião. (às fls. 558 e 559).

Publicado no DSF Páginas 12652-12653

14/05/2003 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 19:22 - Leitura do Veto Parcial nº 38, de 2002 (Mensagem nº 347/2002 - CN), aposto ao PLV nº 31/2002(oriundo da Medida Provisória nº 66/2002).

A Presidência designa a Comissão Mista incumbida de relatar o veto: Senadores: Renan Calheiros, Leomar Quintanilha, Heloísa Helena e Álvaro Dias e Deputados: Patrus Ananias, José Carlos Aleluia, Paulo Afonso e José Militão.

Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria, anexado ao processado.

À SACM.

Publicado no DCN Páginas 454

Publicado no DCN Páginas 417-440

14/05/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

18/03/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada fl. 557 referente ao Ofício SGM/P nº 170/2003, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

11/03/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada fls. 556 (ao Volume III) referente à cópia do Ofício nº 9/2003-CN, do Presidente do Senado Federal, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

06/03/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada fls. 555 (ao Volume III) referente à solicitação do Deputado Osvaldo Biolchi no sentido da apreciação do veto.

06/02/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas fls. 551 a 554 (ao Volume III) referentes ao estudo do veto parcial aposto ao PLV 31/2002.

06/02/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas fls. 482 a 550 (ao Volume III) referentes à Mensagem Presidencial nº 1.243, de 2002 (nº 347/2002-CN), que comunica ao Congresso Nacional o veto parcial aposto ao PLV 31/2002.

TRAMITAÇÃO

31/12/2002 SF-SESINO - Serviço de Sinopse

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando Leitura..

DOCUMENTOS

VET 38/2002

Data: 31/12/2002

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Encaminha ao Congresso Nacional, as razões do Veto Parcial aposto ao PLV 00031 2002(MPV 00066 2002, na origem), dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.